



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18 DE JUNHO DE 2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Bom dia a todas e a todos. Com a presença deste Vereador e dos Vereadores Edson Japão, Arselino Tatto e Fabio Riva, na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 19ª audiência pública no ano de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline e também pelo Youtube, no canal da TV Câmara São Paulo, e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 11 de junho no *Diário Oficial da Cidade* e no dia 14 de junho nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual e também podem ser feitas a partir deste momento, junto à Secretaria da Comissão, à esquerda da Mesa e à direita de quem olha da plateia.

Foram convidados para esta audiência os Srs: Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representada pelo Arquiteto Vládir Bartalini; Pedro Martin Fernandes, Presidente da SP Urbanismo; Milton Vieira Pinto, Secretário Municipal de Habitação; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras, representado pelo Sr. Rafael Pollastini; de DEGUOS – Secretaria das Subprefeituras: Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Fernando José Martins, Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público Geral da Defensoria Pública Geral. Também foram convidados os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público, em geral.

Trata-se então da pauta da segunda audiência pública ao PL 399/24, de autoria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que dá nova redação ao artigo 72 da Lei nº 16.402, de 23 de março de 2016, alterada pela Lei nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024, e faz outras alterações.

Iniciaremos pelas inscrições *on-line*. Tem a palavra o Sr. Osmane de Oliveira Filho. Está ausente. Sr. Tito Enrique da Silva. Está presente. Tem a palavra por três minutos o Sr. Tito Enrique da Silva.

O SR. TITO ENRIQUE DA SILVA – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, todos os presentes, Secretária Elisabete França, que está representada; Sr. Rodrigo Ravena.

A questão é muito simples. Já que nós, cidadãos, estamos tendo a oportunidade de abertura para algumas discussões do Plano Diretor, eu trouxe o artigo 67 da lei porque o antigo artigo dizia que em ZEU, ZEUP e ZEIS, os passeios públicos deverão ter uma largura mínima de 5, e a lei seguia.

Como foi dito anteriormente, essa revisão trata apenas de consertar alguns equívocos, então, eu me coloquei na liberdade de explicar o que foi colocado nas demais zonas, inclusive nas ZERs – Zonas Estritamente Residenciais, que também pegam esse recuo de 2.500 metros. E isso acaba fazendo... Até o Sr. Rodrigo Ravena, de repente, pode explicar um pouco melhor.

Eu, como incorporador de condomínio de casas, acabo tendo o problema de que, com esse recuo, eu pego... Acabou que eu peguei um jequitibá de 80 metros no meio desse recuo, e os próprios técnicos, tanto da SMUL quanto da Secretaria do Verde, ficam meio desorientados em como seguir, porque uma supressão de um jequitibá, que é uma espécie que chega a ter 500 anos – inclusive, é o nome de um empreendimento nosso – faz com que fique totalmente inviável o projeto. E é justamente no que nós trabalhamos. Eu só faço condomínios de casas horizontais, é uma empresa pequena.

Venho pedir para que nos deem a oportunidade, ou até mesmo como deram na audiência passada, ou que eu esteja mais próximo de vocês em uma audiência presencial, se os Vereadores puderem me receber, para que eu possa explicar a magnitude desse equívoco, principalmente, para a questão do verde, que uma das coisas em que mais trabalhamos é em condomínios de casas horizontais, sempre tendendo a precisar cada vez menos da Secretaria do Verde, das interferências, supressões, enfim, toda as obrigações que a Secretaria impõem

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 3 DE 20

em termo de ajustamento de compensação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sr. Tito, pela colocação. Já anotei aqui também a sua contribuição. E também, de forma física, se quiser protocolar, ou até pela Secretaria da Comissão, Sr. Tito. Muito obrigado.

O SR. TITO ENRIQUE DA SILVA – Muito obrigado a vocês.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, registre a minha presença, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Registre-se a presença do Vereador Líder do Governo, Fabio Riva, e também do Vereador Sidney Cruz, de forma *on-line*; e da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, presencialmente.

A próxima inscrita é a Sra. Anna Sylvia Fonseca, moradora da Cidade Jardim.
(Pausa) Ausente.

Sr. Eduardo de Paula Ribeiro, da AGR Consultores Associados. (Pausa) Ausente.

Tem a palavra a Sra. Nathalia Lopes, por três minutos regimentais.

A SRA. NATHALIA LOPES – Olá. Bom dia.

Queria pontuar a importância da revisão do art. 72, inclusive, para compatibilizar a terminologia entre o que veio da carta geotécnica e da Lei de Zoneamento. Tivemos a aprovação da Revisão da Lei de Zoneamento, com o art. 3º, com a possibilidade de exclusão de zoneamentos específico em razão dos incisos que foram eleitos no art. 3º. Então, é um a situação que trouxe bastante insegurança para a produção de moradia na cidade. Nós estamos, desde a aprovação da Lei de Zoneamento, com muitos processos de aprovação parados, em razão das dúvidas de interpretação do art. 3º. E o art. 72 traz um pouco essa compatibilidade entre a terminologia da nova carta geotécnica – tanto que ela já traz o zoneamento, a Unidade Geotécnica 1 e qual o seu impacto.

Então, queria reforçar a importância dessa revisão para que possamos voltar a caminhar e a entender o que é o zoneamento da cidade novamente. Era sobre isso que eu queria pontuar. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Dra. Nathalia, pela

participação. Passemos aos inscritos de forma presencial.

O primeiro inscrito é o Sr. Nelson de Souza, do Esporte Clube Banespa.

O SR. NELSON DE SOUZA – Bom dia a todos os presentes. Bom dia, Srs. Vereadores. Bom dia, Sr. Presidente, Vereador Rodrigo Goulart. Estamos trazendo a pauta do art. 22 da atual Lei 18.081, que foi alterada de forma que expõe os clubes e pode transformá-los em prédios, apesar de ter no § 2º a redução da área impermeável, prevalecer a área restritiva, ou seja, fez-se uma alteração colocando efeitos restritivos, porém, não era necessário mexer, porque do jeito que estavam todos os clubes, como AC1 e AC2, já estavam protegidos.

Então, quando se faz uma alteração da revisão e se coloca AC1 e AC2, que pode ser uma área restritiva e que pode perder a sua impermeabilidade, é complicado. Por exemplo, no Esporte Clube Banespa tem árvores centenárias, da Mata Atlântica, mas com essa nova lei, se for fazer algum empreendimento tanto na ZCOR como na ZEU, pode fazer a compensação do desmatamento.

E vai pegar uma árvore centenária, que quatro homens não abraçam o tronco, e trocar por uma mudinha? Vai trocar por uma muda? Destrói uma árvore centenária e troca por uma muda? É isso que a lei está dizendo. Nós vamos perder 22 mil metros de área verde, de permeabilidade, que vai ser compensado por 30% do seu valor, ou seja, hoje são 22 mil metros de área verde e, pela nova lei, pode construir e permanecer com 30%.

Quer dizer, pega 30% de 22 mil metros quadrados, vai para 6 mil metros quadrados, vai reduzir 16 mil metros quadrados de área verde. Isso tudo é no coração do Brooklin, para os que conhecem – que é o que a Dani e a Gabriela estão segurando. São 68 mil metros quadrados de área total, sendo 22 mil metros de área verde, mais 10 mil metros de área permeável. Nós vamos substituir tudo isso para quê? Para especulação imobiliária?

Não é possível isso, a gente está pedindo essa revisão, Vereador Goulart, para que se mantenha o que estava na Lei 16.402, dentro do Plano Estratégico 16.050, de 2014, onde os clubes eram preservados, todos os clubes. Lá em Santo Amaro, tem o Esporte Clube Banessa; e a Hípica, que tem 300 mil metros quadrados de área verde.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 30

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 5 DE 20

E hoje, nós estamos indo na contramão da luta ambiental. A gente tem que seguir contra o desmatamento. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Para encerrar, Sr. Nelson, passaram os três minutos.

O SR. NELSON DE SOUZA – Ok. Tem desmatamento nas áreas do Amazonas, no nosso núcleo do Brasil, e agora nós vamos fazer o desmatamento das áreas urbanas? Não é possível, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sr. Nelson.

O SR. NELSON DE SOUZA – Isso não é possível, Vereador.

Nós pedimos, veementemente, para que o senhor reveja esse Art. 22, da Lei de 18.081.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima inscrita é a Sra. Antonia Freitas, da Associação Geral do Centro.

A SRA. ANTONIA FREITAS – Bom dia, presentes. Bom dia, Sr. Vereador. Eu volto a esta plenária. Desde o ano passado, quem me conhece está sabendo da minha luta pela ZEPAM. O meu pedido é de recolocação do mapa 01, no Projeto de Lei 16.402, que é a criação da ZEPAM Horta das Flores, na Rua Alcântara Machado, e a inclusão do Parque IAPI também, que é outra Zepam – que estamos pedindo –, na rua Padre Benedito Maria Cardoso.

Outra situação que eu gostaria é a criação do CEU Mooca, no Centro Esportivo da Mooca. E outra situação que eu queria colocar são os prédios fechados e abandonados de patrimônios históricos ou de grandes comércios da Mooca que fecharam, que levou à invasão, como a Fabbrica 5, não criando nenhum mecanismo nesse Plano Diretor para a população do bairro onde esses imóveis ficaram abandonados.

Por isso, o meu pedido é esse: as duas ZEPAMs, e a verificação da possibilidade de criar um mecanismo para os patrimônios tombados e prédios abandonados. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima inscrita é a Sra. Rosalia, do

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 6 DE 20

Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ROSALIA LARRUBIA – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadores.

O PL 399 traz uma alteração para o Art. 72, conforme a Nathalia nos disse, porque antes ele era mais genérico e agora trata de áreas sujeitas à recalque, que são aquelas indicadas segundo a atual carta geotécnica. Eu acho que é isso que eu entendi, é isso, Vereador? (Pausa). É esse o entendimento. Bom, nesse passo, eu peço desculpas por não ser técnica e estar abordando o tema, mas como munícipe, eu gostaria muito de ter terminado de ouvir a opinião da geóloga Patrícia Sepe que falou na audiência passada, só que quando ia falar do mais importante, o tempo acabou. O que eu gostaria de saber? Eu gostaria de saber, porque a carta geotécnica é importante, mas não só, eu imagino que não sejam só as regiões classificadas como 1 nessa carta que sejam passíveis de recalque, passíveis de problemas geotécnicos, mas não é só isso. Aqui temos também o problema do rebaixamento do lençol freático, que não vai reverberar só na estabilidade do solo, porque existe outro problema, o problema de recarregamento das bacias hidrográficas, das microbacias à jusante, de onde a água vai ser bombeada e vai ter rebaixamento. E nessa situação de mudanças climáticas, que eu não sei qual é a posição da Câmara, se acredita ou não nisso, nós temos perguntas como: eventualmente, será que a gente vai ter uma outra crise hídrica mais severa, mais prolongada do que em 2013? E em tendo essa crise, qual o nosso papel perante as gerações de agora e as futuras com a escassez de água, e a água sendo bombeada para fazer garagem e nem para consumo humano?

Bom, o coletivo Jurubatuba Mirim sempre se preocupou com isso, por isso defende e defendeu o córrego que passa pela rua. Aliás, córrego que foi agora irregularmente tamponado no começo do ano, e que esse tamponamento é objeto de inquérito que está correndo, de investigação da Polícia Civil, e nós esperamos que seja destamponado, porque cada rio conta, cada córrego conta. Daqui para frente tem de começar a remodelar o pensamento, as leis, eu imagino isso. Então não é nenhuma crítica, é apenas um pedido ou algumas questões.

Eu também gostaria de agradecer muito, nessa questão do tamponamento irregular

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 7 DE 20

do Córrego Jurubatuba Mirim, gostaria de agradecer ao CPM Sé e ao Coronel Bexiga, que é da Sub Sé do gabinete do Coronel Camilo, que tem tentado...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, por favor.

A SRA. ROSALIA LARRUBIA - Então, era só agradecer e é isso. Obrigada, viu, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado. A próxima inscrita, Sra. Laurita Salles do Pró-Pinheiro, CPM Pinheiros.

Estão encerradas as inscrições presenciais.

A SRA. LAURITA SALLES - Bom dia a todos, bom dia à Mesa, a quem está presidindo os trabalhos, aos presentes na audiência, virtual e presencialmente.

Em nome do Movimento Pró-Pinheiros, e também do CPM Pinheiros, venho novamente alertar que no presente PL, artigo 3º, que fica alterado o quadro IV da Lei nº 16.402/86 alterado pela Lei de Zoneamento de 2024, passando a vigorar a alteração do art. 73. Agora, eles pedem que fique permitida a instalação de NR2-6, excesso do ensino superior em ZCOR 2, ZCOR 3 e ZPR. E o que diz esse artigo? Que pode ter escola de ensino fundamental, de ensino técnico, que pode botar numa ZPR, sei lá, uma escola do SENAI, em ZCOR e ZPR. Então, eu considero e reitero, solicito que isso seja retirado, até porque não trata de uma questão técnica, mas de uma questão de interesses que não são os de preservação. Lembro também que disseram aí, porque em ZCor-1, que é mais restritivo, puseram, então tem que pôr. Isso no argumento, então tira de ZCor-1, que é um erro crasso.

Em segundo lugar, eu compreendo e apoio o que a Rosalia acabou de falar, e também apoio tudo o que foi dito pelo pessoal do Clube Banespa. Afinal das contas, se nós estamos em plena emergência climática, é um absurdo se retirar proteção, sempre se dificultando as questões protetivas. Isso não pode ser feito, isso vai contra os interesses dos cidadãos, e basta ver o que aconteceu no Rio Grande do Sul para ver que essa matéria não pode desrespeitar as questões climáticas.

E mais: falam que é para respeitar as ODS. Cadê? Isso não é respeitar as ODS, não.

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 8 DE 20

Isso é simplesmente, mais uma vez, dar margem à especulação imobiliária e nós não podemos aceitar isso. E espero que este plenário absolutamente contemple do que nós solicitamos.

Muito obrigada. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. Arlindo Amaro.

O SR. ARLINDO AMARO - Bom dia. Sou Arlindo Amaro, do Ipiranga.

Eu quero falar o seguinte: nós temos aí uma revisão de leis que não é revisão de leis.

Quando você fala em revisar a lei, é mantida a lei, a mesma lei. Nós tivemos uma alteração de lei, na verdade, nós tivemos uma mudança de Lei de Zoneamento, a Lei 16.402 pulou para a Lei 18.081.

E, por outro lado, fazer lembrar que a Lei 13.885, de 2004, que se trata da Lei de Zoneamento da Cidade, falava também dos planos regionais, que até hoje não saem do papel. Trinta e duas subprefeituras, 32 cidades, que não se faz movimento na Cidade. A Cidade era mais organizada com a Lei 13.885, que nós tínhamos apenas quatro zonas de uso, Zonas 1, 2, 3, 4.

Hoje nós temos quase 20 Zonas de uso, que a Cidade virou uma zona. O camarada constrói onde bem entende, faz o que bem quer, o esgoto é jogado dentro do rio, cada vez mais construções e a Cidade cada vez pior. Nós temos aí essas construções, ninguém está pensando em transporte público, na lei de saneamento, na Lei ambiental. Quer dizer, daqui a no mínimo mais cinco anos, São Paulo fica intransitável. A permeabilidade do solo não existe. A lei diz que você tem que deixar 15%. Nós temos aí construções em áreas de 20 mil metros quadrados, 15 mil metros quadrados, 15% de área permeável não existe.

Pegaram e cimentaram o Vale do Anhangabaú, jogaram um cimento lá, arrancaram um monte de árvores e acham que a Cidade está bonita. Destruíram o centro da cidade de São Paulo nesses últimos 20 anos, destruíram. Quem conheceu a cidade no ano 2000 viu que hoje, embaixo do Viaduto da Santa Efigênia, do Viaduto do Chá, a Cidade em si...

Os parques, falaram que iam criar 110 parques. Você não vê isso. A Cidade cada vez mais impermeabilizada, os problemas acontecendo. “Ah, mas é que choveu demais também,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 34

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 9 DE 20

não é? Você tem que entender isso.” Cadê a permeabilidade do solo que está na lei? E não pode colocar em prática. Lei, ora, a lei? Acho que precisa tomar atitude nesta Casa de fazer valer a lei. Não é só a gente chegar aqui e fazer discurso, discurso, e não ter nada resolvido na Cidade.

No ano 2001, foi o primeiro plano da Cidade, dizendo o que você queria da Cidade para 2010. Gente, a Cidade bagunçou, virou de ponta cabeça. O que a gente quer agora da cidade de São Paulo para o ano 2036? Acho que vai ficar pior. Nós temos aí quase a metade da Cidade morando na miséria e pobreza dentro das águas que a gente bebe. O que fazer? A gente precisa acordar que a nova geração muda a cada 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sr. Arlindo.

O SR. ARLINDO AMARO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próxima inscrita, Sra. Solange Melendez, Sociedade Amigos Cidade Jardim.

A SRA. SOLANGE MELENDEZ - Bom dia a todos, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, presentes. Eu sou Solange Melendez, diretora executiva da Sociedade Amigos da Cidade Jardim, e estava comentando há pouco que eu já estou bem cansada de vir aqui e falar a mesma coisa. Mas vou falar mais uma vez. Vou pedir mais uma vez para ver se seremos ouvidos.

Nós, da Cidade Jardim, aproveitando essa revisão da revisão, queremos que os Srs. Vereadores pensassem, com muito carinho nas nossas demandas que pedem a retirada de uma Zona de Estruturação Metropolitana, onde era antes uma ZER-1 e era uma ZCor-2.

Na verdade, esses itens foram vetados pelo Prefeito, é o item 20. Há 43 vetos do Prefeito Ricardo Nunes, cujos vetos foram analisados aqui e derrubados.

É um absurdo que se tenha isso num momento em que vivemos numa crise climática, esses calores que vêm acontecendo fora de época, esse excesso de calor, onde são necessárias medidas de permeabilidade de solo, que se eliminem essas regiões da cidade. São áreas da Cidade de Jardim num bairro que é considerado verde, é um bairro verde, é um pulmão da cidade de São Paulo.

Então, peço a vocês que com carinho reanalise, reconsidere essa decisão para

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 10 DE 20

que a Cidade de Jardim volte a ter essas áreas como elas eram denominadas pela Lei 16.402/2016.

Eu quero apresentar a minha solidariedade à luta do dos companheiros do Banespa, da Mooca. Quero referendar as palavras da Laurita e da Rosalia, nas colocações que elas fizeram aqui.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – A próxima inscrita é a Sra. Ana Maria Natali.

A SRA. ANA MARIA NATALI - Bom dia a todos, meu nome é Ana Maria Natali, eu não pertencço a nenhuma associação. Sou moradora nascida e criada no Belenzinho, mas já passei na minha vida toda por vários bairros. Já passei pelo Brooklyn, pulei Carnaval no Clube Banespa quando era adolescente, já passei perto do Cidade de Jardim, porque eu morei na Arthur de Azevedo, que é a primeira paralela à Rebouças. Então, eu também passei a pé por aquela área que é bem verde e cheia de casas.

Eu dei uma de Tieta às avessas agora, eu voltei para minha terra que é o Belenzinho. Quando eu chego a concluir que a gente está sofrendo nos bairros, no Belém, um pouco do que já acontece nos outros.

Em termos de meio ambiente, nós estamos sofrendo impactos altamente negativos, a partir de uma política urbana não planejada para bairro. Simplesmente demandada por quem, provavelmente, tem mais *lobby*, quer seja construtora, quer seja uma pessoa influente no seu bairro, que está atraindo para aquele bairro coisa ruim ou em outro bairro que está despejando a coisa ruim dele para o seu.

No caso do Belém, nós estamos com problema de poluição sonora que é um crime ambiental terrível: pancadão. Então, nós temos uma comunidade, cuja maioria está sendo sequestrada por poucos moradores que ficam escutando o *funk* alto. No fim de semana ninguém dorme, nem o cara que está lá dentro da comunidade, nem as pessoas que moram no entorno que são de diversas naturezas sociais e financeiras. Então, pancadão é crime ambiental.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 36

REUNIÃO: **20736** DATA: **18/06/2024** FL: **11** DE 20

Por conta do pancadão também ali todo mundo resolve aumentar o som e ficar fora do contexto das políticas municipais. Então, se tem um ou outro estabelecimento, bar, entendeu? Que também tem filiais em bairros como Jardins, Vila Olímpia e tudo mais que resolveu também por som alto até altas horas na frente de um hospital ali próximo ao Sesc Belenzinho. E outro bar que também ali, próximo da região da Celso Garcia, muito alto.

Outro crime ambiental é o excesso de centros de acolhimento no Belém. Temos nove. Um...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sra. Ana Maria...

A SRA. ANA MARIA NATALI – Apenas um de mulher... Os outros homens, que ficam, como dependentes químicos, destruindo patrimônios públicos e ocupando as calçadas com restos de consumo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Para encerrar, Sra. Ana Maria...

A SRA. ANA MARIA NATALI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado. Próximo inscrito: Sr. Alex Navarra, Movimento pela Paz e Segurança.

O SR. ALEX NAVARRA – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadores. Meu nome é Alex Navarra. Eu sou do bairro do Belenzinho. Sou fundador do Movimento pela Paz e Segurança.

O nosso problema, no Belém, além da falta de hospitais, UPAs... É muito grande a questão das invasões e muitas delas, infelizmente, são orquestradas por políticos. Então, a gente vai reclamar. A gente não pode tocar porque eles têm apoio político e revolta, porque, assim, a gente paga imposto. Os nossos... Eu conquistei o meu imóvel e o meu imóvel está sendo desvalorizado pelo tanto de invasão que está tendo no Belenzinho.

Tem um centro de acolhimento que, infelizmente, não acolhe, porque, se você vai ao redor, ali, o que mais tem é usuário de drogas, ali, roubando pessoas, agredindo pessoas, e nós, moradores, infelizmente, estamos de braços amarrados. Então, assim, a população está revoltada. Infelizmente, não está sendo feito nada para acolher os moradores de rua e, aí, o tráfico de droga está abraçando e está virando, ali, uma fábrica, literalmente, de usuários de

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 12 DE 20

droga. A nova Cracolândia está no nosso bairro e a gente não aceita mais.

Você passa à porta das invasões. Você vê água saindo. Não tem tratamento. Então, está saindo ali, na própria sarjeta. Então, o cheiro de fezes é muito grande. Fora, pinos de cocaína à porta das residências, pino de cocaína sendo jogado dentro de escolas e creches da Prefeitura... Então, assim, isso revolta e eu gostaria de pedir para que os Vereadores tomassem providência.

Está bom? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado. Próximo inscrito: Sr. Paulo Rogério da Costa Coutinho, ONG de animais.

O SR. PAULO ROGÉRIO DA COSTA COUTINHO – Bom dia, senhores. A todos que estão presentes, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora...

É a primeira vez que eu venho aqui, falar na Câmara Municipal. Eu vou falar sobre as ONGs de animais, que têm tudo a ver com a Lei de Zoneamento, dessa revisão. Por quê? Hoje, uma... Tem a Lei nº 13.331, de 2001. Ela proíbe moradores de ter mais de 10 animais, na cidade de São Paulo, entre cães e gatos, e eu mesmo tenho 13 animais resgatados. Então, eu estou descumprindo a lei. Eu sou um criminoso? Você entendeu? Então, a polícia tem que ir lá, prender-me e fechar a minha casa, porque, se uma ONG... A ONG monta um... Se monta uma ONG dentro de São Paulo, o Centro de Zoonoses e o PSIU vão lá e fecham a ONG – e não é correto, porque as ONGs resgatam animais dentro da cidade de São Paulo, o que seria obrigação da Prefeitura Municipal.

Eu estou aqui. Eu falo em nome de várias ONGs que eu apoio. Está bem? Eu não falei para vocês, mas eu sou policial militar da ativa. Trabalho no 18º BPM/M, 1ª Cia. E eu apoio várias ONGs, mas, hoje, eu vou falar especificamente da ONG Cão Sem Dono, que fica em Itapeverica da Serra. Eles têm que vir resgatar animais em São Paulo e o problema deles é a logística. Por quê? Eles têm que pagar pedágio, gastar com combustível. Por mês, eles gastam mais de 30 mil reais com isso. Esse dinheiro poderia ser investido em resgate de animais, remédio para os animais e muitas outras coisas em favor dos nossos animais, porque tem muitos

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 13 DE 20

animais abandonados na cidade.

Há cerca de 10 ou 15 anos, o Sr. Roberto Tripoli criou uma lei que proíbe feiras livres em áreas... Feiras de adoção de animais em áreas livres... Daí as ONGs ficam reféns de *shoppings*, de supermercados. Fazer dentro de estacionamento... Às vezes, tem que pagar. E por que não fazer uma feira de animal dentro do Parque do Ibirapuera, no Parque Villa-Lobos? Seria muito mais divulgado e teria muito mais adoções de animais.

A gente precisa lutar pelos nossos animais. Então, foi por isso que eu vim falar, aqui, com vocês. Tem tudo a ver com a Lei de Zoneamento. Tem que ser criado um projeto de lei para poder criar áreas de feira de adoção em áreas livres em São Paulo e poder as ONGs ser registradas em São Paulo.

Outro problema: as ONGs... Elas pagam... Elas são... Não são isentas de rodízio. Uma ONG registrada, com o carro registrado, certinho, deveria ser isenta de rodízio. Por quê? O animal, ele não fica doente só à noite, após oito horas da noite. Não precisa de um resgate só depois das oito horas da noite. É qualquer hora que você precisa resgatar um animal. Aí eles são obrigados a levar multa de rodízio para resgatar animais, porque a ONG não vai vir à noite. Ela vai resgatar na hora que o animal precisar. Entendeu? Então é isso que eu vim falar para vocês.

Quero, dar os parabéns à Sra. Natali que falou em relação aos pancadões, porque tem tudo a ver comigo. Sou policial na Brasilândia, conheço muito bem como são os pancadões. Só que os policiais ficam de mãos atadas, porque não podem intervir nos pancadões, por ordem superior. Onde a senhora falou, Belenzinho, é considerado uma área nobre e lá os policiais ficam mais ainda de mãos atadas, porque é área política. Aí eles não podem fazer nada, porque se fizerem alguma coisa, sofrem represálias. Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Sra. Mara Sousa, CMPU-UMM.

A SRA. MARA SOUZA - Bom dia. Para começar, eu gostaria de deixar registrado a falta de comprometimento de todos os vereadores que pertencem a Comissão. Pelos copos de água vazios que reparei, percebe que tem mais vereadores da Comissão ausentes, do que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 39

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 14 DE 20

presentes. Então gostaria de deixar bem registrado.

Outra questão é que a Comissão de Política Urbana está fazendo a revisão, porque ela está olhando para o erro que foi divulgado, porque, se não fosse divulgado, passaria em branco, e também atendeu o pedido do Judiciário.

Porém, o pedido de quem está aqui hoje - já falou e vai falar - não está sendo respeitado. Não foi ouvido. Por quê todas as audiências, desde o Plano Diretor, pedimos para que fossem marcadas audiências públicas em cada Subprefeitura. E por que a Comissão não acolheu esse pedido e não fez isso no Zoneamento? É importante que tenha ido a cada Subprefeitura, para cada morador do bairro local, falar das suas demandas.

Então, deixo bem registrado isso, para dizer que vocês atendem o Judiciário, mas não atendem a população. Não ouve o que a população fala. Acredito que tudo que eu vou falar e vocês já falaram, nada vai mudar. Acredito que é só um cumprimento de lei, vão fazer tudo à noite, e, quando der 11h40 da noite, eles vão lá e aprovam tudo o que é especulação imobiliária, que as construtoras vão pedir, e passa a goela abaixo no outro dia na votação. Porque, infelizmente, é isso que a Casa vem fazendo.

Sabemos que tem vereadores que lutam contra? Sabemos! Sabemos que são minorias? Sabemos! Então, por isso, nada do que estamos pedindo, tem sido atendido.

A cidade de São Paulo, em si, perdeu muitas ZEIs. E isso não deveria ter acontecido. Porque, cada ZEIs que a gente perde, são prédios maiores que são levantados na cidade de São Paulo. Quero ver se essa comissão vai mandar fiscais para fiscalizar toda a construção que está sendo feita, porque os bueiros estão todos entupidos. Quando chover dois dias em São Paulo, isso aqui vai ficar pior que o Rio Grande do Sul. Queira Deus que não. E aí a vamos ver a competência de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Sra. Suzana Saldanha.

Quero registrar e reafirmar a presença dos membros dessa Comissão Vereadores: Arselino Tato, Fábio Riva, Sidney Cruz, Rodrigo Goulart, Sílvia da Bancada Feminista e Edson Japão.

A SRA. SUZANA GUINSBURG SALDANHA - Bom dia. Estamos aqui pelo CADs Butantã. Eu e o Sr. Hélio. Queria agradecer muito à Vereadora Silvia pelas explicações que deu durante todo o processo. Pontuando bem o que estava acontecendo. Agradecer ao Vereador Rodrigo Goulart pelos pleitos ambientalistas que ele incluiu, que foram muito importantes. Teve um dos pleitos, que é a Mata do Ipespe, na Eliseu de Almeida, uma região de aclave muito grande, inclusive já com desmoroamento. E essa Mata do Ipespe tem duas porções de ZEPAM, mas ela não está em toda a região, que é um aclave muito pesado, e ela é toda a Mata originária, Atlântica, ela não está grafada como ZEPAM.

Eu queria pedir para que toda essa região fosse grafada, porque, inclusive, ali não tem nem como construir - como forma de proteger. Porque o que acontece? Na Avenida Eliseu de Almeida, embaixo, tem alguns comércios, e, às vezes, eles começam a solapar esse alicive, essa montanha, e isso traz muito perigo, ainda mais em época de chuvas intensas. Seria possível a gente fazer esse pleito, Vereador Rodrigo? (Pausa) Eu passo para você? (Pausa) Então, vou passar, porque é muito importante, porque são 90 graus praticamente, e já tem regiões que já estão mostrando a terra, que já escorregou. E aí já é grafado como Zepam: um aqui, outro aqui. E no meio, que é mata, não está como Zepam.

Fora isso – e pediria só que prestem atenção –, a gente está levando uma emenda, pelo gabinete da Vereadora Jussara Basso, à Lei de Zoneamento Ambiental nas quadras de parque e APP. É isso. Eu agradeço ambos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado. Próximo inscrito, Sr. Hélio Camargo.

O SR. HÉLIO CAMARGO – Prezados senhores, senhoras, nobres Vereadores, apesar de ter feito essa solicitação na revisão normal do Plano Diretor, não sei por que não foi aceito isto. Trata-se de três terrenos particulares na chamada Mata do Boturoca, junto da Praça Santo Epifânio, que é uma área totalmente arborizada, com árvores nativas e que nunca foram cortadas. E o terreno é extremamente em declive; se alguém quiser construir lá, vai colocar em perigo os moradores da área abaixo.

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 16 DE 20

Então, a solicitação é para que se transforme essa pequena área em Zepam para haver continuidade com a mata da Praça Santo Epifânio. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Hélio. Próxima inscrita, a senhora Verônica Bilyk, da Associação Pró-Pinheiros.

A SRA. VERONICA BILYC – Boa tarde a todos e a todas. Venho aqui representando uma parte da população de São Paulo, de Zona Oeste, que participou intensamente da revisão do Plano Diretor, estudou, se debruçou. Alguns se tornaram especialistas; a Laurita, inclusive a, é uma delas. Criamos um conhecimento em conjunto muito importante para esse engajamento, esse conhecimento dos territórios para saber aquilo que está sendo modificado de modo alheio à vontade dos moradores e dos habitantes.

Houve uma pessoa hoje que comentou das audiências, e esta tem sido para mim uma grande preocupação na medida em que eu tenho tido mais essa convivência: como a gente precisa realmente prestar atenção, comentar com os amigos que não participam e exigir do Poder Público audiências bem anunciadas, com pautas claras, com horários possíveis, com duração de fala democrática, com apresentação de relatório do que nós falamos, o que foi incluído e o que não. Porque, senão, isso tudo é uma grande enganação.

E a gente sabe o quanto a gente participa, o quanto a gente dedica da nossa vida pessoal para estar aqui, porque todos nós trabalhamos, temos famílias e filhos. A gente está fazendo a quarta, quinta jornada aqui, sendo que a gente ficou em casa estudando, lendo, pautando, fazendo reunião com os colegas, etc. Então, isso é riquíssimo.

Política pública é feita através disso, das informações que vêm da gente, não dos mercados, quaisquer que eles sejam. O que faz a política pública, o que pauta a política pública é a necessidade da população. Então, vamos ficar “super” de olho nisso, porque a gente só tem visto isso acontecer e está de mal a pior. Está perigoso, é pouca gente aqui, como a gente está vendo. Então, alerta geral para todo mundo.

Hoje, no *Estadão* e na *Folha*, saiu uma menção do que a gente está fazendo aqui agora, e a ênfase de que essas alterações estão acontecendo para novamente privilegiar

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 17 DE 20

apartamentos de luxo, metragens quadradas mais altas, sendo que o principal objetivo do Plano Diretor é fazer com que o trabalhador esteja mais perto do seu trabalho. A gente não está falando de aumento de ZEIS ou de construção de HIS, mas de complementações, que são, para o Brasil e para São Paulo, desnecessárias, porque a grande questão é a defasagem que existe entre nós moradores da periferia e os que vivem numa bolha, e eu acho que todos nós temos como missão melhorar essa situação.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado.

Passo a palavra para o Vereador Edson Japão.

O SR. EDSON JAPÃO – Presidente, eu só queria registrar o meu pedido e reafirmar, como já fizeram o Nelson, o Amaury e toda a galera do Clube do Banespa, a importância de se rever essa questão para proteger os clubes, que não só envolve o lazer, mas a formação de atletas de alto rendimento e de cidadãos de bem a partir de seu projeto social. Então, queria só reafirmar aqui o meu posicionamento para que V.Exa. trate com carinho essa questão do Clube do Banespa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado a todos a presença e a participação. Foram 13 inscritos de forma presencial e os inscritos de forma virtual.

Registro a presença da Sra. Maria Fernanda; do William, da Secretaria Municipal de Subprefeituras, e do Fabio, do DEGUOS. Eu acho que tivemos um conteúdo muito importante de temas que já haviam sido discutidos e até aprovados na legislação, quando da sua revisão e na agora já Lei 18.081/2024, inclusive de questões que foram aqui abordadas e que já estão tratadas na legislação. Uma delas sobre a água, proibição do rebaixamento do lençol freático, que já se tornou lei. Então, houve, sim, um enfrentamento com a discussão pela Câmara.

Também foi tratada a questão da criação de várias ZEPAMs na cidade. Inclusive, uma senhora disse que diminuíram as áreas de ZEIS. Mas, muito pelo contrário. Houve aumento das áreas de ZEIS na Revisão, que se tornou lei em janeiro deste ano.

Sobre algumas outras questões, eu já tive reunião com o pessoal de Cidade Jardim

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 43

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 18 DE 20

e de algumas outras regiões, e sei que alguns Srs. Vereadores também estão tratando algumas das questões aqui abordadas, como a da Mooca. Sobre isso, o Vereador Japão informou que já existe uma emenda de autoria do Vereador Rubinho, apoiada por ele.

A questão do artigo 67 foi trazida pelo Tito e, a do artigo 72, pela Natália, que citou os artigos 2º e 3º, que também já foram tratados no projeto original, o PL 399/2024, que é o que ora estamos discutindo, mas que, na audiência passada, foi citado por uma geóloga e uma outra entidade, que eu acredito que não tenham participado desta audiência. Porém, tudo o que foi debatido sobre isso será ainda tratado.

Sobre a questão do Banespa, ela não é novidade para nenhum dos Vereadores que estão nesta reunião.

Parabenizo todos aqui pela mobilização, que se iniciou logo depois de uma reunião do Conpresp, Conselho para o qual sou indicado pela Câmara Municipal de São Paulo para representar e cuja posição eu deixei muito clara desde o início. A questão não só histórica e cultura do clube, mas principalmente a questão ambiental, já que lá existe um lençol freático muito baixo e, portanto, muito próximo da superfície, praticamente quase que aflorado. Existe inclusive uma mina dentro do parque, e há a questão de a área verde ser permeável.

Apesar de o Nelson buscar orientação com muitas outras pessoas e acabar, muitas vezes, confundindo as questões, eu tenho buscado orientá-lo, e temos buscado um consenso nas ideias. Com certeza, não tenho dúvida, que é, se não de todos os 55 Vereadores, mas da grande maioria, buscarmos a proteção não só do Clube Banespa, mas também de outras áreas que necessitem da sua preservação, seja ela histórica, cultural ou ambiental, mas eu acho que o Banespa é um dos lugares que tem uma necessidade de preservação e acaba agregando todas essas necessidades.

Eu acho que eu passei aqui um pouco por tudo do que a gente tem discutido, só queria deixar aqui uma posição sobre, infelizmente, uma matéria que tomei conhecimento na noite de ontem, que até pela manchete a gente assusta, mas que algumas quadras do Brooklyn, que acabaram ficando sem zoneamento no mapa apresentado, principalmente depois da

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 19 DE 20

derrubada de veto pela Câmara, só para deixar muito claro que não houve nenhuma alteração desde o zoneamento de 2016 até agora nessas quadras do Brooklyn.

Infelizmente, foi muito...não vou dizer aqui mal-intencionada e espero que não tenha sido, o título da matéria, mas que fique muito claro na audiência pública e que deixe registrado na ata desta reunião que não houve nenhuma mudança de zoneamento desde a lei de 2016, que foi votada nesta Casa. Nenhum dos Vereadores que estão aqui de forma presencial estava nesta Casa em 2016. Acredito que de forma virtual só o Vereador Arselino Tatto estava na Casa. Então, o mesmo zoneamento aprovado em 2016 é o que consta nessas quadras na revisão que foi feita em dezembro de 2023 e no que foi apresentado também no PL 399/2024.

Só para deixar muito claro, porque muitas vezes a gente acaba, por um título de uma matéria, levando, ou tentando levar, para algum outro entendimento. Só deixando muito claro que temos muita responsabilidade em tratar de forma muito transparente tudo o que foi tratado na revisão do Plano Diretor Estratégico, durante todo o ano de 2023, da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Então, que a gente não deixe se levar por uma matéria como essa.

Inclusive, a Sra. Laurita colocou aqui sobre uma das questões que está sendo trazida neste projeto também, que é a permissão de NR 2.6 em ZCor3 e ZPR.

Só para deixar claro, eu já falei, inclusive, em algumas matérias quando fui procurado, e é muito importante quando a gente é procurado e tem a possibilidade de deixar tudo muito claro. Durante as audiências públicas, e a audiência que foi apresentada segundo o substitutivo em dezembro de 2023, foi colocada aqui a permissão de NR 2.6 em ZCor2, ZCor3 e ZPR. Sendo que ZCor3 e ZPR, que é o que está sendo incluso agora neste projeto 399, são zonas mais permissivas do que ZCor2. Só que por um erro no texto, que foi da legislação, no texto foi só ZCor2. E hoje a lei, então, revisada em dezembro de 2023 e tornada a lei em janeiro de 2024 já se permite o uso NR 2.6 em ZCor2, que é uma zona, então, mais restritiva que ZCor3 e ZPR.

O que está sendo feito aqui é deixando muito claro, conforme a apresentação do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 45

REUNIÃO: 20736 DATA: 18/06/2024 FL: 20 DE 20

segundo substitutivo, em ZCor3 e também em ZPR. E, da mesma forma, o restante dessa legislação que está sendo buscada nesse PL 399/2024 é exatamente a consolidação dessas revisões tanto do Plano Diretor, como do zoneamento, para a aplicação dessas revisões feitas no fim do ano passado.

Então, é muito importante que a gente deixe tudo isso muito claro nesta audiência pública para que todos estejam cientes e conscientes.

Pergunto aqui, então, aos Vereadores se mais algum dos Vereadores gostaria de fazer uso da palavra.

Então, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a segunda audiência do PL 399, de 2024.

Muito obrigado pela presença e participação de todos.